

O patrimônio museal e os novos lugares de memória

Cêça Guimaraens, Ana Albano Amora
y Luiz Manoel Gazzaneo

Grupo de Estudos de Arquitetura de Museus

Resumo: Os estudos buscam ampliar a definição dos indicadores referentes à qualidade dos espaços e formas de gestão patrimonial, demonstrando que a arquitetura de museus e centros culturais integra diretamente a cultura à manutenção das comunidades em seus bairros e favelas. Entre as ações que, hoje em dia, envolvem a promoção de produtos de arte e cultura, destacam-se em primeiro lugar, os museus de comunidades, de etnia e os ecomuseus. Por outro lado, o estudo observa que a modernização das áreas centrais e a adequação de edifícios históricos, aos quais se atribui uma função cultural, ainda estão a absorver e consolidar grande parte da infraestrutura que impulsiona a imagem e democratiza a vida dos centros das cidades.

Palavras chaves: Cidades, lugares de memória, Rio de Janeiro.

Abstract: *The study seeks to expand the definition of indicators regarding the quality of spaces and forms of patrimonial management, demonstrating that the architecture of museums and cultural spaces directly integrates the culture to maintenance of communities in their neighborhoods and slums. Among the actions that comprise the product promotion of art and culture are highlighted today, in the first place, the museums of communities, ethnics and ecomuseums. Moreover, the study observes that the modernization of central areas and the adequacy of historical buildings for which is attributed to cultural purpose, would still absorb and consolidate the considerable part of the infrastructure that drives the image and democratize the life of city centers.*

Keywords: *Cities; places of memory; Rio de Janeiro.*

Introdução

A democratização dos museus transcorre em desdobramentos de espaços sociais e físicos difusos, o que permite novos recortes patrimoniais e diálogos expressivos da diversidade sociológica das instituições e das cidades. Neste sentido, o estudo do desenvolvimento das formas de pensar a Cultura é fundamental para a verificação do papel dos agentes culturais e institucionais na elaboração das políticas de Estado para o setor museológico.

Esses processos estão a exigir o uso “franco” das novas técnicas e a aplicação de métodos de projeto de arquitetura e de gestão alternativos, abertos e flexíveis. A participação de todos, ou a inclusão social, daí decorrente, poderá gerar perspectivas de autofinanciamento e reciprocidade funcional, caso sejam produzidas, ao mesmo tempo, ações globais e comunitárias.

A breve amostragem dos estudos e pesquisas presente neste artigo demonstra que os modelos de museus privilegiam os recortes patrimoniais específicos (no caso dos museus monográficos); impulsionam as ações de revitalização e gerenciamento da informação de modo virtual e real (no caso da formação de museus “em rede”); e anunciam que os lugares de memória são configurados em função dos ambientes e dos problemas sociais das populações e respectivos patrimônios e territórios (no caso dos museus de cidade e de favela, ecomuseus, percursos e rotas culturais).

Observa-se, portanto, que, para ampliar os horizontes dos processos de projeção arquitetônica e de gestão democrática, além dos diagnósticos de avaliação que desvendem fatos físicos e mitos existentes, é necessário estudar outros olhares perceptivos.

Nesse sentido, além dos museus de favela, o Museu Imperial da cidade de Petrópolis tornou-se objeto de interesse, e, em outra dimensão, as temáticas foram ampliadas, abrangendo os lugares de memória da saúde.

Novos processos em processo: redes e visitantes

Para fundamentar o conceito de rede e a delimitação do roteiro de centros de cultura do Rio de Janeiro, utilizamos as ideias contidas nos estudos de Reis Filho (1973), Sisson (1986) e Abreu (1988).

Reis Filho, no capítulo “Sobre o patrimônio de cultura”, autor trata da “atualidade” da gestão do patrimônio cultural no sentido da realização de programas culturais “criativos”, e sugere também que a renovação de uso é medida eficaz para a permanência das construções históricas.

Na rede engendrada com as palavras de Reis Filho para desvendar o Centro das diferentes tendências dos muitos ecletismos, encontrou-se o Museu Nacional de Belas Artes e o Centro de Arte Hélio Oiticica. O primeiro faz parte do conjunto da praça Floriano, e o centro de arte, localizado junto ao beco do Tesouro e na esquina das ruas Luís de Camões e Imperatriz Leopoldina ‘conforma-se’ com a ambiência da praça Tiradentes.

A condição sociológica do Centro de Artes Helio Oiticica deriva das intenções contidas nas obras deste artista. Ele, com os “Parangolés” e “Penetráveis”, possibilitou a apropriação da sua arte pelo público antes desprezado nas galerias. No CAHO do Rio as prostitutas, vestidas com as obras de Oiticica, anunciam os novos tempos para os habitantes das imediações.

As origens das praças e dos entornos desses museus são, hoje, as representações das fases que, embora tardias, pode ser classificadas de imperial e republicana. Na seqüência, o centro republicano poderia ser também representado no edifício do Centro Cultural Banco do Brasil, sendo que o centro modernista conteria o edifício do Museu de Arte Moderna.

Observando a dimensão social, o estudo dos movimentos de afirmação da Nova Museologia revelou a importância da formação dos Ecomuseus de Santa Cruz e do bairro de São Cristóvão que, no rastro da foram propostos para o município do Rio de Janeiro na década de 1980.

O projeto Bairro-Escola de Nova Iguaçu, tema da dissertação de mestrado do arquiteto e urbanista André Pinto, também foi objeto das análises quando observada a potencialidade da rede de escolas para a Educação Patrimonial e para o fortalecimento da musealização dos fatos de origem daquelas comunidades.

De modo semelhante, a avaliação qualitativa da exposição permanente do Museu da Maré sugeriu reflexões sobre a importância e o impacto das representações simbólicas e idealizadas da “casa” em museus de comunidades. Verificou-se que, no caso do barraco azul do Museu da Maré, seria possível fazer analogias com modelos referentes a essa tipologia expostos em museus de arquitetura.

A pesquisa dos museus modernistas também ampliou o raio de abrangência dos estudos. Dentre os itens que as leituras sugeriram, além dos projetos de arquitetura de museus elaborados entre as décadas de 1920 e 1970, a produção das mulheres (museólogas e arquitetas) foi tema de interesse que teve resultados

inéditos. Na área de estudos de gênero, em paralelo às pesquisas sobre Heloísa Alberto Torres e Lygia Martins Costa, os estudos enfocaram os projetos de museus e as exposições de Lina Bo Bardi, Gisela Magalhães e Janete Costa.

A contribuição da saúde para a memória e para museologia

Uma temática inédita e que vem sendo discutida no âmbito deste grupo de estudos refere-se à museologia da saúde. Nesse sentido, torna-se relevante o estudo e demarcação dos espaços da cidade, onde se encontram resquícios, marcos e memórias concretas de modos pretéritos de se pensar a saúde, considerando-se o Patrimônio Cultural da Saúde no Rio de Janeiro como seus lugares de memória (NORA, 1993). Tal patrimônio reflete as políticas públicas de cunho sanitário e de modernização do espaço da cidade.

O sentido da palavra “museu” foi adquirindo amplitude ao longo da sua existência e hoje encontramos uma multiplicidade de ideias e práticas museais. O que uniria essa diversidade seria o fato desses espaços abrigarem “objetos singulares que podem ser vistos ordenadamente pelo público” (MONTANER, 1990, p.34). Nesse contexto, os museus de saúde configurariam um tipo especial, pois suas características se destacam como singulares e amplas, abrigando diferentes tipos de acervo, com exigências funcionais e formais diferenciadas.

A criação de museus de saúde, especificamente a do Musée de l’Assistance Publique em Paris, surgiu com as Exposições Universais realizadas no século XIX, notadamente aquelas que ali ocorreram nos anos de 1878, 1889 e 1900. Por outro lado, o desenvolvimento tecnológico dos hospitais e da saúde no último quartel do século XIX demonstrava que nesse processo seria contínua a aplicação de novas tecnologias, tornando obsoletos objetos e técnicas pretéritas. Os instrumentos hospitalares e de tratamento foram apresentados ao público das exposições num claro indício da sua ascensão a bens museológicos e representantes do patrimônio técnico e industrial nesse campo do conhecimento.

A criação de museus hospitalares e de saúde objetivou a conservação dos ditos “objetos bons”: pinturas, esculturas e utensílios valiosos usados na preparação de medicamentos. Ao longo da segunda metade do século XX, a noção de patrimônio científico e técnico foi introduzida no campo da saúde e os objetos a serem conservados não foram mais selecionados a partir de critérios relacionados às suas qualidades estéticas, mas sim por seu valor histórico.

Por outro lado, tem se buscado outras formas de expor as temáticas pertinentes à saúde nessas edificações históricas, bem como trazer temáticas de fora do campo,

notadamente das artes plásticas. No primeiro caso é exemplar o que ocorre no Hotel Dieu em Paris, edificação histórica referência para a história da saúde, onde informações relativas a personagens, fatos e feitos relacionados à ciência são apresentados em suportes informativos. No segundo caso, enquadrámos o uso da igreja do complexo do Hospital Salpêtrière, onde alguns espaços foram utilizados para exposição de obras de arte.

Os lugares da memória da saúde e o Centro do Rio de Janeiro

O atual edifício da Santa Casa foi construído especificamente para a função, e é patrimônio da primeira instituição hospitalar criada no Rio de Janeiro, a segunda criada na colônia, como prolongamento da Santa Casa de Lisboa. Contradizendo a concepção de um patrimônio midiático é, desde o Império, espaço referência para medicina e marco monumental citadino.

A instituição teve edifício erguido à beira mar, na praia de Santa Luzia, nas proximidades do principal acesso ao antigo morro do Castelo. Tal construção sem planejamento foi alvo no século XIX de severas críticas em relação às suas condições de higiene. Em decorrência dessa situação, em 1838, foi constituída uma comissão de médicos da Academia Imperial de Medicina para elaborar um plano com vistas à construção de uma nova edificação com características de hospital higiênico. (COSTA et al, 2008)

Seguindo as premissas da comissão, foi projetado um edifício no atual terreno pelo arquiteto-engenheiro José Domingos Monteiro, integrante do Imperial Corpo de Engenheiros e da Câmara (COSTA et al, 2008). Posteriormente, essa edificação sofreu obras de acréscimos, entre 1840 e 1865, com projeto realizado pelo arquiteto e engenheiro militar José Maria Jacinto Rebelo, ex-aluno de Grandjean de Montigny (COSTA et al, op. cit).

Como principais elementos dessa reforma para conferir distinção ao prédio como representante do campo (STEVENSON, 2000 e BOURDIEU, 1989 e 2004) e de sua importância para o Império, estava o desenho de um grande pórtico com dupla colunata de ordem dórica e frontão triangular, e a ornamentação da fachada austera com frontão composto de figuras alegóricas que remetiam à misericórdia (CZAJKOWSKI, 2000).

Neste hospital foi implantado o Museu da Farmácia, com armários de madeira maciça, frascos e instrumentos de medição, os quais se encontram em exposição permanente, ilustrando o pensamento e a prática farmacêutica do século XIX. Essa

pequena jóia é um espaço de memória e de exposição de um acervo precioso, que um lugar de visitação e de interação com o público.

O Centro Cultural da Saúde, inaugurado em 2001, foi abrigado em prédio histórico localizado na praça Marechal Âncora, próxima a praça XV, que integrou o conjunto de pavilhões projetados para a Exposição do Centenário da Independência do Brasil, realizada em 1922.



Figura 2. Pavilhão da Estatística em 1922. Fonte: Arquivo Público Mineiro
http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=27007

O autor do projeto foi o arquiteto Gastão da Cunha Bahiana. Professor da Escola Nacional de Belas Artes, formado na École des Hautes Études Industrielles de Lille, França. O pavilhão seguiu a cartilha do ecletismo adotando o estilo Luís XVI (CZAJKOWSKI, 2000) (Figura 2). Chamado também de Pavilhão da Ciência da Certeza, sofreu alterações em sua fachada, sendo as mais significativas: a retirada da sua cúpula, a pedido do próprio Bahiana, e a colocação de uma marquise na entrada.

Sobre o Museu Imperial

Conforme até aqui observado, o estudo e análise dos conceitos básicos da museologia, museografia e crítica da cultura acerca da inserção de atividades promotoras da arte abrangem os períodos fundamentais da historiografia da arquitetura de edifícios de museus e centros culturais. Paralelamente, procura-se relacionar o desenvolvimento dos aspectos edilícios e urbanísticos, históricos e originais, com a utilização de conceitos contemporâneos convenientes à conservação integrada dos edifícios e espaços públicos.

No caso do Museu Imperial (figura 3), os levantamentos realizados até o momento nas instituições e arquivos para o inventário arquitetônico e urbanístico do também objetivam a coleta de dados relativos ao desenvolvimento das alterações funcionais e espaciais dos edifícios e do entorno, possibilitando a verificação das condições de uso, viabilidade econômica e adequação técnica.



Figura 3: Museu Imperial

Fonte: <http://www.bigviagem.com/wp-content/uploads/2010/03/Petropolis-Museu-Imperial.jpg>

Em 1843, D. Pedro I, ao arrendar a fazenda do Córrego Seco adquirida 1830 para nela edificar um Palácio de Verão, para o engenheiro major Julio Frederico Koeler com o objetivo de implantar o projeto de assentamento para colonos alemães, determinou que três espaços deveriam estar pré definidos: o Palácio Imperial, a Catedral São Pedro de Alcântara e o Cemitério.

No plano do Major de 1846 a área do Palácio Imperial ocupava larga extensão de terra ao longo das margens dos rios Quitandinha (cuja denominação original era Córrego Seco) e Palatinato adentrando por espaços interiores.

Entretanto, com o passar de 167 anos verificou-se que o terreno está hoje ocupado não só pelo edifício, hoje Museu Imperial, e seus anexos, mas por vários espaços públicos e privados: as praças D. Pedro II e Bosque do Imperador, e vários imóveis ao longo de ruas e avenidas abertas no início do século XX.

O desmembramento do terreno com finalidade financeira, após a queda da monarquia, implicou em transformações nos jardins do palácio, os quais não

mantiveram as características originais, o que poderia ter sido evitado com impacto positivo para a paisagem citadina.

Encerramos com esta breve notícia do estudo, registrando que o Museu Imperial será objeto de pesquisa sobre os lugares de memória da cidade de Petrópolis, a ser realizada em 2012.

Referencias Bibliográficas.

ABREU, Mauricio de Almeida. Evolução urbana do Rio de Janeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: IPLANRIO / ZAHAR, 1988.

AMORA, A. M. G. A. Lugares de memória da saúde no Centro do Rio de Janeiro. In: Anais do I ENANPARQ. Rio de Janeiro: PROURB, 2010.

BOURDIEU, Pierre. La noblesse d’Etat. Paris: Minuit, 1989.

_____. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/ Lisboa: Difel, 2004.

CHOAY, F. Alegorias do Patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade: Unesp, 2001.

COSTA, Maximino Soutinho. A Proteção do Centro Histórico de Petrópolis-RJ, Dissertação de Mestrado, PROARQ, Rio de Janeiro, 2002.

COSTA, Renato; FONSECA, Maria Rachel F.; PORTO, Ângela; SANGLARD, Gisele (Org.) História da Saúde no Rio de Janeiro: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958). Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008.

CZAJKOWSKI, Jorge (org.). Guias de arquitetura colonial, eclética, neoclássica e romântica no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000.

ENDERS, Armelle. Les lieux de mémoire, dez anos depois. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, p. 128-137. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/119.pdf>. Acesso em: 10/01/2008

EUROPAPHE. Patrimoine hospitalier – um parcours à travers l’Europe. Paris: Editions du patrimoine, 2001.

FONSECA, M. Rachel Fróes. A saúde pública no Rio de Janeiro Imperial. In: PORTO, Ângela; SANGLARD, Gisele; FONSECA, M.Rachel Fróes da; COSTA, Renato Gama-Rosa (Org.). História da saúde no Rio de Janeiro: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

FURLONI, Camila B. Arquitetura de museu: espaços de/para exposição estudo de caso do Centro Cultural da Saúde e Museu da Imagem e do Som. Projeto de pesquisa apresentado ao Curso de Especialização em Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde Patrimônio Arquitetônico, Casa de Oswaldo Cruz Fiocruz, 2010s

GUIMARAENS, C. Arquitetura, Patrimônio e Museologia. In: I Anais do I ENANPARQ. Rio de Janeiro: PROURB, 2010.

GUIMARAENS, C.; IWATA, N. A importância dos museus e centros culturais na recuperação de centros urbanos. Arquitextos, 013.06, ano 02, jun 2001. disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.013/881>. Acesso em: 10/10/2009.

MONTANER, Josep M. Museu contemporâneo: lugar e discurso. Revista Projeto, nº 144, São Paulo, 1990.

MUSÉE DE L'ASSISTANCE PUBLIQUE-HOPITAUX DE PARIS. Um musée hospitalier à Paris: musée de l'ap-hp. Paris: Editions Beaux-Arts Magazine, 2005.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. Projeto História: Revista do Programa de Estudos de Pós-Graduação em História e do Departamento de História da PUC-SP, n. 10, dez, 1993 (p.7 a 28).

REIS FILHO, Nestor Goulart. “Sobre o patrimônio de cultura”. In REIS FILHO, N. G. Quadro da arquitetura no Brasil, São Paulo: Perspectiva, (2ª ed.), 1973. (p. 189 a 204).

SISSON, R. “Marcos históricos e configurações espaciais, um estudo de caso: os centros do Rio de Janeiro”. In: Arquitetura Revista, 2º semestre de 1986. Rio de Janeiro: FAU/UFRJ.

SODRÉ, Alcindo. Museu Imperial. Rio de Janeiro: Departamento da Imprensa Nacional, 1950.

STEVENSON, Christine. Medicine and magnificence: British hospital and asylum architecture, 1660-1815. New-Haven: Yale University Press, 2000. 312 p.: ill.